

Zona Cultural: urbanismo neoliberal e as insurgências multitudinárias em Belo Horizonte

André Victor¹

Amanda Guimarães²

Paula Bruzzi³

Natacha Rena⁴

Resumo: Neste artigo pretende-se, a partir do exemplo da Zona Cultural da Praça da Estação, apontar discussões relativas à questão da cultura sob as óticas política e territorial, bem como aprofundar o conhecimento acerca dos processos insurgentes que resistem à tentativa de expropriação do comum pelo Estado-capital em Belo Horizonte.

Palavras-chave: copesquisa cartográfica, urbanismo neoliberal, zona cultural praça da estação.

¹ UFMG. andrevictor93@gmail.com

² UFMG. amandarodriguesguimaraes@gmail.com

³ UFMG. bruzzi.paula@gmail.com

⁴ UFMG. natacharena@gmail.com

1. Introdução

Em um primeiro momento iremos realizar uma breve contextualização acerca das parcerias público-privadas a fim de compreender melhor a produção do espaço na região central de Belo Horizonte. Pretende-se ressaltar como as políticas públicas neoliberais legitimam processos de valorização do território e como estes acabam por gerar gentrificação. Em seguida, busca-se, por meio de um retrospecto histórico de circunscrição territorial, compreender os processos de produção do espaço da região ao longo do tempo, ressaltando lutas territoriais e manifestações culturais que aqui caracterizaremos como "insurgências multitudinárias." Para finalizar, aborda-se uma *copesquisa* cartográfica realizada neste território pelo Grupo de Pesquisa Indisciplinar junto a diversos movimentos sociais e culturais.

O presente artigo tem como intuito ainda apresentar uma *copesquisa cartográfica* realizada na cidade de Belo Horizonte pelo Grupo de Pesquisa Indisciplinar⁵. O trabalho tem como objeto específico a área do entorno da Praça da Estação. Situada na região central, a área recebeu, por parte da Fundação Municipal de Cultura, a denominação de Zona Cultural⁶. O local, de grande relevância histórica para a cidade, vem se consolidando como importante palco de disputas simbólicas entre o Estado-capital e movimentos sociais e culturais da cidade. Trata-se, também, de uma das regiões de maior interesse econômico da cidade, condição atestada pela sua inclusão na Operação Urbana Consorciada ACLO - Antônio Carlos Leste-Oeste, em fase de desenvolvimento⁷.

⁵ O grupo desenvolve um conjunto de ações realizadas pelo Grupo de Pesquisa do CNPq - Indisciplinar/ UFMG - englobando ensino, pesquisa e extensão. Este grupo atua em relação direta com movimentos sociais e ambientais que lutam em defesa do meio ambiente nas metrópoles contemporâneas, pois acredita-se que a metrópole é a nova fábrica do século XXI e, portanto, é o lugar da produção intensa das forças vivas que merecem máxima atenção, pois estas forças têm sido expropriadas cotidianamente por uma lógica própria do capitalismo material e imaterial em um fluxo veloz, expropriando, tanto a produção em comum, coletiva e criativa de todos, quanto os bens comuns urbanos, mais especificamente os bens comuns naturais (parques, praças e afins).

⁶ Este nome para a região e possíveis projetos de requalificação da região cultural central surgiu depois de muitas reuniões entre os movimentos sociais e culturais da região com a Fundação Municipal de Cultura que pretende substituir a ideia original de se fazer um "Corredor Cultural" como projeto gentrificador, mas sim em se produzir diretrizes urbanísticas para a região com a participação de representantes da sociedade civil que habitam e utilizam cotidianamente a região. Para isto foi formada uma comissão, à qual estamos participando enquanto universidade. Este novo processo para se pensar junto a região ganhou o nome de Zona Cultural.

⁷ A Operação Urbana Consorciada é um instrumento urbanístico tipicamente neoliberal, baseado no estabelecimento de parcerias público-privadas.

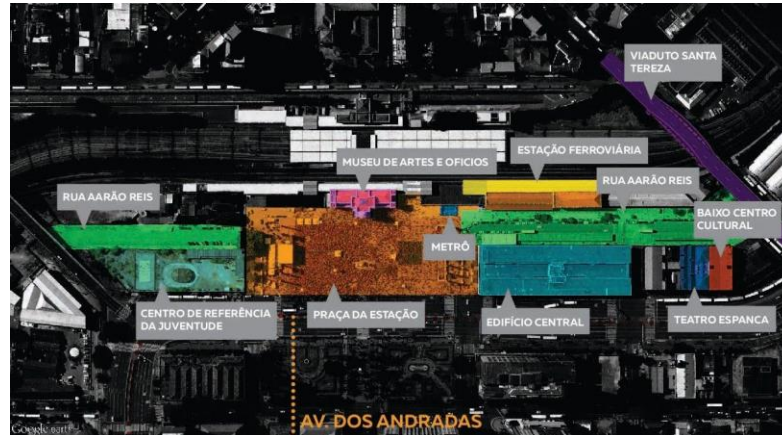


FIG 01: Diagrama-mapa do contexto urbano da Praça da Estação
FONTE: <log.indisciplinar.com/infograficosdiagramas/> acesso em 13/07/2015

Atualmente, o capitalismo apresenta-se como capitalismo global (organizado em redes), cognitivo (o conhecimento se destina à produção de mais conhecimento) e financeiro (as finanças constituem a base de governança). Nesse capitalismo contemporâneo, é toda a cidade e não mais somente a fábrica, o espaço da produção. É estabelecida também uma nova relação de produção, na qual o trabalho imaterial é ligado à produção de subjetividade e de novas formas de vida. Na economia contemporânea, a dimensão cultural e cognitiva da produção ganha maior importância e o valor de um produto passa a ser determinado não só pelos custos de produção, mas também por uma série de valores subjetivos agregados a ele. (RENA; BERQUÓ; CHAGAS, 2014)

Trata-se de um contexto marcado por práticas urbanísticas neoliberais, nas quais não é difícil perceber como a cultura, transformada em produto e apropriada pelo mercado, tem sido usada como uma arma política capaz de produzir consensos em torno do espetáculo urbano. A construção de equipamentos culturais como Museus, Bibliotecas, Óperas e Teatros tem sido determinante para o início desse processo de enobrecimento (também denominado gentrificação) do território.

O termo gentrificação provém da palavra inglesa gentry, originalmente usada para designar a pequena nobreza ou os proprietários de terra, e refere-se ao fenômeno de deslocamento da população original de uma área urbana em prol da posterior ocupação desta por outro setor populacional, de classe econômica geralmente mais alta, com apreensão e vivência da cidade normalmente diversas daquelas dos habitantes originários.

Na sociedade capitalista, a acumulação de capital é a força que motiva todas as ações. Assim, o desenvolvimento urbano e a urbanização, inseridos nessa sociedade, estão intimamente ligados à economia capitalista e são manifestação espacial direta do processo de acumulação de capital. Nesse contexto, a cidade deixa de ser apenas uma das partes no processo de acumulação e torna-se um espaço organizado para o investimento capitalista (MENDES, 2010).

Observa-se que, na ponta dos processos de segregação social em áreas urbanas de interesse do mercado, vem sendo utilizado o discurso da revitalização, que, na prática, representa uma política que visa à substituição do público que frequenta, habita e utiliza determinadas regiões por outros públicos, de classes mais abastadas. A partir dos anos noventa, percebe-se que, em geral, os processos de gentrificação evoluíram de renovações arquitetônicas ou urbanísticas pontuais e esporádicas para uma *estratégia urbana municipal* aliada ao setor privado.

A partir dessa fase, a gentrificação passa a integrar políticas urbanas que visam colocar antigos centros em evidência no competitivo mercado global e o urbanismo torna-se, assim, peça fundamental para as estratégias de marketing da cidade empresa. Assim, observa-se que atualmente a gentrificação não acontece apenas como um fenômeno local e promovido por agentes isolados, mas como um processo global, sistematizado, ligado ao Estado, e com a intenção explícita de gentrificar a cidade (SMITH, 2006).

Neste contexto de urbanismo majoritário neoliberal, é fácil perceber como a cultura, transformada em produto e apropriada pelo mercado, é utilizada como uma arma política capaz de produzir consensos em torno do espetáculo urbano. Segundo (RENA; BERQUÓ; CHAGAS, 2014):

Por representarem verdadeiras âncoras desse processo, projetos ditos "culturais" são cada vez mais valorizados no mercado urbano. Nesses projetos, guiados por medidas pacificadoras de transformação urbana em cenário "higiênico" e consensual, o fomento ao turismo global conforma-se enquanto prioridade, em detrimento do atendimento às reais necessidades das comunidades locais.

Dessa forma, verifica-se mais um movimento de captura cognitiva pelo sistema neoliberal, que expropria e transforma a lógica cultural em recurso para promover o aumento do valor da terra urbana. Essas transformações se dão, principalmente nas áreas centrais das cidades e, por conseguinte, expulsam a população de baixa renda e instalam, em seu lugar, equipamentos referentes à nova indústria cultural.

2. Método de investigação: *copesquisa cartográfica*

Adotamos o método da *copesquisa cartográfica* em conjunto com os movimentos. Considerando o campo político aberto no processo de investigação, partimos sempre de uma intensa participação nas dinâmicas políticas, sociais e territoriais vigentes na Região Metropolitana de Belo Horizonte. O nosso intuito é, assim, não somente observar como as forças se articulam, mas participar das redes tecnopolíticas⁸ como atores. As ações que compõem a *copesquisa cartográfica* buscam criar, experimentar e aplicar processos que democratizem e sensibilizem a informação e qualifiquem as lutas pelo bem comum urbano. Nelas, assume-se uma posição política na qual a produção de conhecimento e o ativismo se sobrepõem ao cotidiano acadêmico.

Os processos de investigação, baseados em encontros cotidianos entre a universidade e diversos movimentos sociais, desdobram-se em múltiplos campos de ação compartilhados em rede: participação em reuniões, eventos, representações junto ao Ministério Público, qualificação de debate para Audiências Públicas, produção de artigos, construção e atualização do blog⁹ e redes sociais, dentre outros.

3. Linha do Tempo da Zona Cultural como dispositivo gráfico

Como um dos muitos resultados (sempre em processo) desta *copesquisa cartográfica* realizada sobre a Zona Cultural em Belo Horizonte, apresenta-se aqui, a Linha do Tempo da Zona Cultural, um retrospecto histórico de circunscrição territorial. Com ela, objetivamos identificar parte do processo de produção do espaço daquela localidade ao longo do tempo, o processo gentrificatório decorrente de sua revitalização, e por fim, a presença de eventos que, desde 2010, ocupam criativamente o local. Estes últimos incluem-se no que propomos denominar, em

⁸ Trata-se de redes de pesquisas de alto impacto científico e social voltada a investigar a aplicação das tecnologias digitais de comunicação aos processos de produção do espaço urbano. Pretende-se produzir conhecimento e explorar tecnologias que promovam a interseção entre as redes digitais e as dinâmicas espaciais urbanas. Compreende-se que estas tecnologias conformam, atualmente, parte indissociável da experiência e da organização das metrópoles contemporâneas, promovendo a fusão da sua dimensão físico-territorial com a das redes digitais.

⁹ <http://blog.indisciplinar.com/>

EbPC III Encontro brasileiro de pesquisa em cultura

De 08 a 10 de Outubro - Crato - CE

uma aproximação com o conceito “Multidão” de Antonio Negri, “insurgências multitudinárias”. Trata-se de ações subversivas que promovem, criativamente, resistência frente aos processos gentrificadores agenciados pelo Estado-capital.



FIG 02: Linha do Tempo da Zona Cultural no primeiro momento
FONTE: <blog.indisciplinar.com/infograficosdiagramas/> acesso em 13/07/2015

A Praça da Estação e sua área de influência sofreram profundas transformações na função, uso e público ao longo da história da cidade. Para Amorim e Lima (2014), a Praça da Estação e os equipamentos a sua volta apresentam três momentos distintos na história de Belo Horizonte, sendo o primeiro deles um espaço de entrada da cidade, o segundo como espaço “decadente” e o terceiro, “espaço de cultura”.

Tais transformações se deram, em grande medida, por meio das intervenções estruturais tais como, abertura de vias de acesso, revitalização de prédios, praças e espaços públicos e instalação de equipamentos capazes de atrair grupos sociais específicos. (AMORIM; LIMA, 2014, p. 938)

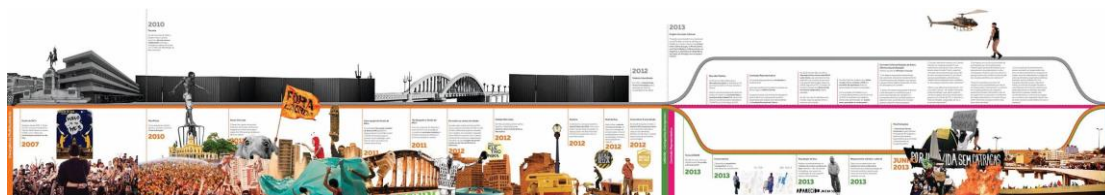


FIG 03: Linha do Tempo da Zona Cultural no segundo momento
FONTE: <blog.indisciplinar.com/infograficosdiagramas/> acesso em 13/07/2015

Em 2009, ainda em seu primeiro mandato, o atual prefeito da cidade, Marcio Lacerda, lançou o “Movimento Respeito por BH” como parte integrante de seu plano de governo. O movimento “visa garantir o ordenamento e a correta utilização do espaço urbano, através do cumprimento e efetiva aplicação da legislação vigente”. Trata-se, de uma tentativa de “organizar o espaço urbano, de forma colaborativa e

democrática, fazendo valer as recentes modificações incorporadas ao Código de Posturas do município entre outras legislações e, em especial, aquelas que se referem ao meio-ambiente, ao direito à paisagem e à LEI Nº. 10.059.” Esse discurso moralizador sobre o espaço público serviu como pretexto para extinguir comerciantes de rua, artesãos, pipoqueiros, hippies, engraxates. Em seguida, como se não bastasse a investida da Prefeitura contra ambulantes e nômades urbanos em geral, também a entrada de bicicletas, animais, e bolas nos parques da cidade, foi proibida. O ápice desse processo ocorreu, contudo, em dezembro de 2009, quando o Prefeito emplacou a sua mais polêmica proposta urbanística. Ao sancionar o decreto número 13.863/2010, a prefeitura limitou a realização de eventos na Praça da Estação.

Em resposta ao decreto, surge um grupo que, de maneira lúdica e performática, questiona provocativamente as restrições para o uso deste suposto espaço público. A “Praia da Estação”, como é chamada, passou a reunir, semanalmente, milhares de manifestantes banhistas, que carregando toalhas, cadeiras de praia, barracas, isopor, bicicletas, cachorros, crianças, faziam frente ao decreto de forma pioneira e inusitada. Acontecimento espontâneo, a Praia tornou-se, assim, o principal foco de resistência à prefeitura: uma fonte inesgotável de ataque contra as suas políticas higienistas. Para este grupo, incluído no que aqui trataremos como “Multidão”, a luta política passa pelo desejo de ocupar a cidade criativamente (RENA, 2013).

Muitos outros eventos surgiram na região: o “Duelo de Mcs” (do coletivo Família de Rua) surge em 2007 sob o Viaduto Santa Tereza; “A ocupação cultural”, nasce durante as Jornadas de Junho de 2013 e desloca-se, posteriormente, para diversos locais em disputa na cidade; o “Viaduto ocupado” ocorre em 2014 em resposta ao fechamento, pela prefeitura, do baixio do Viaduto Santa Tereza às vésperas da Copa do Mundo; dentre outros (ver FIG. 3).

Tais demonstrações continuam ocorrendo de maneira recorrente e atraem cada vez mais pessoas. Diante de poder demonstrado pela multidão e da dificuldade encontrada pelo poder público em implementar o projeto “Corredor Cultural” que, apresentado em 2012, não se concretizou e, por isto, foi readaptado. A PBH oficializa então a criação da “Zona Cultural Praça da Estação”, por meio do Decreto 15.587/2014, em 10 de junho de 2014.

O projeto, que surgiu a partir do antigo “Corredor Cultural”, envolvia a convocação de uma reunião pública para eleger os três representantes da sociedade civil no conselho consultivo que iria elaborar o plano diretor da Zona Cultural da Praça da Estação. Contudo, o episódio teve como resultado a não-eleição do conselho consultivo e o ultimato dos representantes de movimentos sociais à PBH com a alegação de que decreto publicado não cumpria o que foi acordado - publicação de edital para programação e ação cultural da Zona; instalação de um corpo técnico fixo, com funcionários da FMC e escritório na própria praça para atendimento das demandas e diálogo com os representantes dos movimentos sociais e comerciantes da região; além do retorno dos pontos de ônibus para a rua Aarão Reis, cuja desativação tornou o local ainda mais deserto, perigoso e de prejudicar o comércio local.

Em Abril de 2015, o projeto foi retomado por meio de nova reunião pública para eleição do conselho consultivo formado por integrantes da sociedade civil organizada e poder público. Percebe-se assim, que a participação da sociedade civil organizada – associação de moradores, representantes da área cultural, grupo de pesquisa da Universidade, dentre outros – no Conselho Consultivo da Zona Cultural representa, de forma simbólica, a ocupação das instituições, além de dar visibilidade à luta contra a expropriação do comum.

4. Considerações finais

As políticas públicas implementadas na região da Zona Cultural são apenas mais um exemplo de como o urbanismo neoliberal, conduzido pelo Estado-capital, por meio de parcerias público-privadas e processos de gentrificação, se dá no espaço das metrópoles contemporâneas. Essas políticas, além de modificar as formas espaciais nesta região, interferem significativamente nas apropriações deste espaço pelos diversos segmentos da sociedade, provocando processos de valorização de determinadas áreas da cidade. Trata-se, assim, de um processo de gentrificação planejada.

Contudo, a série de ocupações espontâneas surgidas pela cidade, demonstram, por meio de redes horizontais, a força da reação positiva aos processos segregadores e a capacidade de produção de novos referenciais

simbólicos – os quais são continuamente reafirmados na flexibilidade e na intensidade de suas ações. Em suma, trata-se de, uma vez que os canais institucionalizados de participação encontram-se controlados e dominados pelo Estado neoliberal, ativar novos caminhos para uma produção mais autônoma e biopotente do espaço.

Finalmente, é assim que nos últimos anos o grupo de pesquisa Indisciplinar vem experimentando atuar: cruzando conhecimento produzido na fricção cotidiana entre o saber erudito acadêmico e as ações coletivas e colaborativas junto aos movimentos sociais e culturais.

5. Referências Bibliográficas

AMORIM, Marcela Sampaio Magalhães; LIMA, Alves de Jean Cássio. **A produção do espaço da Praça da Estação em Belo Horizonte (MG) e dos equipamentos de seu entorno ao longo da história da cidade.** In: I Simpósio Mineiro de Geografia. Das diversidades à articulação geográfica. 2014, Universidade Federal de Alfenas – Alfenas (MG). Disponível em: <<http://www.unifal-mg.edu.br/simgeo/system/files/anexos/Jean%20Cássio%20Lima.pdf>> Acesso em: 20 abr. 2013.

LIMA, Evelyn F. W. **Configurações urbanas cenográficas e o fenômeno da “gentrificação”.** Arquitectos, São Paulo, 04.046, Vitruvius, mar. 2004. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitectos/04.046/601>>. Acesso em: 20 abr. 2013.

MENDES, Luis. O contributo de Neil Smith para uma geografia crítica da gentrificação. In: e-metropolis, maio 2010. Disponível em: <http://www.emetropolis.net/edicoes/n01_mai2010/e-metropolis_n01_artigo2.pdf>. Acesso em: 20 maio 2013.

RENA, Natacha S. A.; BERQUÓ, Paula; CHAGAS, Fernanda. **Biopolíticas espaciais gentrificadoras e as resistências estéticas biopotentes.** Lugar Comum (UFRJ), v. 1, p. 71-88, 2014.

RENA, N. **Neves-Lacerda declara guerra à multidão**. Rio de Janeiro, 30 de abril de 2013. Disponível em: <<http://uninomade.net/tenda/neves-lacerda-declara-guerra-a-multidao/>>. Acesso em: 13 de julho de 2015.

SMITH, Neil. A gentrificação generalizada: de uma anomalia local à “regeneração” urbana como estratégia urbana local. In: BIDOUC-ZACHARIASEN, Catherine; HIERNAUX- NICHOLAS, Daniel; RIVIÈRE D’ARC, Hélène; SILVA, Helena M. B. **De volta à cidade: dos processos de gentrificação às políticas de revitalização dos centros urbanos**. São Paulo: Annablume, 2006. p. 59-87.